

Lei nº 369, de 18 de Janeiro de 1976

Dispõe sobre a inscrição de operários permanentes e extranumerários da Prefeitura no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, contém outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, por seus representantes decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a inscrever nos termos da legislação vigente abrangendo outros dispositivos correlatos, a partir do mês de Janeiro de 1976, como contribuinte do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), os operários permanentes que exercem função pública civil, pertencentes ao Quadro Geral dos Servidores Municipais e os extranumerários.

Artigo 2º - Fica modificado o Artigo 1º (primeiro) da Lei Municipal nº 327, de 18 de março de 1974, ficando inscritos no IPSEMB somente os funcionários municipais, contratados ou nomeados.

Artigo 3º - As despesas em decorrência do que trata o artigo 1º (primeiro) da presente Lei, correrão por conta das Rubricas:

02 - 05 - 15000000	- Assistência e Previdência
02 - 05 - 15824940	- Previdência Social ao Servidor Público
02 - 05 - 15824942	- Para assistir ao funcionários Público
325000	- Contribuição de Previdência Social
325003	- AO INPS.
325004	- AO IBGS.

325005 - No Pis, constantes do orçamento vigente.

Artigo 4º - Revogados as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor imediatamente.

Prefeitura Municipal, 18 de Janeiro de 1976

O Prefeito Municipal,

Hss. José Damasceno Pereira